



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: - <http://www.mec.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.020536/2020-07

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa de prestação de serviços de Agente de Integração para intermediar a realização de estágio supervisionado remunerado e não obrigatório, de estudantes que estejam regularmente matriculados e frequentando efetivamente cursos de Nível Superior na modalidade Graduação em instituições de ensino sediadas em Brasília, ou em instituições com sede em outros estados que ofertem cursos na modalidade à distância, oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação, vinculados à estrutura de ensino público ou privado, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	VAGAS DE ESTÁGIO - NS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO VALOR UNITÁRIO R\$	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENSAL MÁXIMA (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ANUAL (R\$)
1	Serviços de Agente de Integração para intermediar a realização de estágio supervisionado, remunerado e não obrigatório de estudantes no Ministério da Educação – MEC, 30 horas semanais (6 horas / dia).	15156	75	30,50	2.287,50	27.450,00

1.2. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 10.024, de 2019.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de estagiários encontra previsão na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e na Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, que estabelecem as condições de contratação de estagiários, observada a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.1.1. Baseando-se na legislação específica, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Estágio Supervisionado Remunerado com o objetivo principal de contribuir para a formação social, educacional e profissional de estudantes do ensino superior.

2.1.2. Para a manutenção do programa, faz-se necessária a contratação de um Agente de Integração, órgão ou entidade que seja capaz de conceder serviços continuados de estágio no âmbito do Ministério da Educação, disponibilize um cadastro atualizado de estudantes de diversas áreas, que

oferte serviços presenciais e *on-line*, tanto para os estudantes como para MEC, e ofereça rapidez no atendimento às solicitações feitas.

2.1.3. O papel esperado do Agente de Integração é atuar como interlocutor entre a Instituição de Ensino, o estagiário e o Ministério da Educação, conferindo dinâmica ao Programa de Estágio Supervisionado, à medida que oferecerá cadastro amplo e atualizado de estudantes nas diversas áreas de conhecimento, seleção criteriosa dos candidatos às vagas e redução significativa das rotinas e procedimentos necessários à elaboração e encerramento dos compromissos de estágio.

2.2. Diante do exposto, é necessário dar continuidade ao serviço que já é prestado atualmente, conforme descrito no item “Análise da Contratação Anterior”.

2.2.1. A contratação de pessoa jurídica, para execução dos serviços, objeto deste Termo, se enquadra como serviço comum, de caráter contínuo.

2.3. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados de acordo com a sua natureza:

2.3.1. O objeto deste estudo, enquadra-se como serviço comum, de caráter contínuo, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para fins do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 3º do Decreto nº 10.024/2019, cabendo licitação na modalidade pregão, tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, com amparo legal:

- Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência de República, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
- Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, e nas determinações da Portaria 409, de 21 de dezembro de 2016, do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicafe, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa nº 49, de 30 de junho de 2020, que altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 73/2020 da Secretaria especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria MEC nº 120, de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016, que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidades dos fornecedores no âmbito deste Ministério.
- Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019; Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição dos serviços como um todo, abrange a prestação do serviço de um Agente de Integração para ampliar o quantitativo de candidatos às vagas de estágio (conforme estabelecido no Item 8 do Estudo Técnico Preliminar), considerando que o tipo de empresa conta com um amplo banco de cadastro de estudantes, já que mantém contato direto com as instituições de ensino. O envio dos candidatos por meio do Agente de Integração contribui para observância do princípio da administração pública da impessoalidade na indicação dos estudantes para as vagas de estágio em aberto no órgão.

3.2. O Agente de Integração deverá ter capacidade técnica e operacional, com equipe qualificada;

3.3. A Contratada deverá promover a transição contratual, mantendo os atuais estagiários para que não haja prejuízo às atividades desenvolvidas nos setores e nem ao processo de aprendizagem dos estudantes;

3.4. Acompanhar junto à Instituição de Ensino a realização de matrícula, a frequência regular ao curso e a menção de aprovação final do educando, sendo motivador de cancelamento do estágio o não cumprimento de um ou mais dos requisitos citados;

3.5. A Contratada deverá prestar, na forma de serviços contínuos, o atendimento das demandas de abertura de vagas, de contratação, renovação e desligamento de estagiários, bem como envio de relatórios e dados específicos, quando solicitado;

3.6. A empresa a ser contratada deverá manter canal de comunicação físico e *on-line*, em espaço condizente, instalado para este fim no Distrito Federal (com estrutura física, logística administrativa, operacional e de recursos humanos, em escritório presencial ou agência de trabalho) de modo a se comprometer com a política de inserção do jovem educando às atividades de estágio no contexto;

3.7. A empresa contratada deverá comprovar que possui parceria de trabalho (convênios firmados) com instituições de ensino de nível superior, universidades e faculdades públicas e privadas, em funcionamento no Distrito Federal ou instituições com sede em outros estados que ofertem cursos na modalidade à distância. Todos os cursos devem ser regulados pelo Ministério da Educação, no momento da Qualificação Técnica;

3.8. Como um dos critérios e práticas de sustentabilidade estabelecidos neste Termo, a Contratada deverá empregar esforços no sentido de reduzir ao máximo a utilização de papel e impressões dos Termos de Compromisso de Estágio, Termos Aditivos, Planos de Atividades, Relatórios de Acompanhamento e Avaliação de Estágio, dentre outros documentos relacionados ao contrato. Sempre que viável, entre as partes envolvidas nas assinaturas destes documentos, eles devem ser em meio eletrônico e, ou digitalizados, seguindo o padrão do SEI – Sistema Eletrônico de Informações e, ou formato PDF-A /pesquisável, conforme padrão AFD – Assentamento Funcional Digital.

3.9. Apresentar planilha orçamentária mensal ao Ministério da Educação com os valores correspondentes para a liquidação das despesas do mês em questão, contendo o valor previsto na contratação para custeio e seguro individual;

3.10. Promover o ajuste das condições de estágio, definidas pelas instituições de ensino com as condições do MEC;

3.11. Prestar contas mensalmente dos valores relativos ao custeio administrativo e seguro individual, até o 5º dia útil do mês subsequentes ao respectivo pagamento;

3.12. Contratar em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, entregando a cada estagiário o respectivo certificado de seguro;

3.13. Atender e orientar o estagiário acidentado e/ou sua família, no sentido de preparar o processo de reembolso de despesas e/ou recebimento do seguro em caso de acidentes como invalidez parcial ou permanente e em caso de morte do segurado;

3.14. Preparar toda a documentação legal referente ao estágio;

3.15. Tomar todas as demais providências pertinentes, de seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto do Contrato, com eficiência, segundo os interesses das partes, prévia e reciprocamente ajustados;

3.16. Manter a disposição da fiscalização a documentação que comprove a relação de estágio;

3.17. Com o intuito de encontrar a melhor proposta com menores custos unitários por estudantes, a quantidade de vagas disponíveis atualmente são de 75 (setenta e cinco) vagas de nível superior.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A vigência prevista para o contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogada até 60 meses, com base no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

5.2. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 10.024, de 2019.

5.3. Trata-se de serviço de natureza continuada, pois sua interrupção pode prejudicar o bom desenvolvimento das atividades da Administração, e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua manutenção contínua é essencial, uma vez que está diretamente voltada para aprimorar o funcionamento de rotinas administrativas e técnicas do Órgão.

5.4. O serviço, objeto do presente Estudo, está relacionado na Portaria nº 14.787/MEC, de 1º de dezembro de 2014, na qual foram definidos os serviços que se enquadram como de natureza contínua no âmbito deste Ministério, cujos contratos necessitam; estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de

garantir a continuidade de atividades essenciais e evitar contratações rotineiras e antieconômicas.

5.5. A empresa vencedora do processo licitatório deverá manter a transição contratual, absorvendo os estagiários ativos após a assinatura do contrato, desde que seja encerrado o compromisso com a empresa atual e assinado novo Termo de Compromisso de Estágio – TCE, assinando os novos termos de compromisso de estágio dos estudantes a contar do dia 20.04.21, de modo a não interromper a prestação dos serviços e nem prejudicar financeiramente os estagiários, com a observância de que a soma do período de estágio não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos, conforme disposto na Lei nº. 11.788/2008, com finalidade de não interromper os trabalhos em andamento, fato que traria prejuízo à Administração Pública e aos estagiários.

5.6. O agente de integração deverá ser responsável, ainda, pelo seguinte:

5.6.1. Administrar a quantidade de vagas de bolsa de estágio, ocupadas e disponíveis, em conjunto com o CEFAP, apresentando um relatório detalhado mensal dos dados dos estagiários e seus TCEs, bem como comprovação dos vínculos dos estagiários com as respectivas instituições de ensino.

5.6.2. Manter banco de currículos atualizado e suficiente para o atendimento da demanda do MEC.

5.6.3. Suprir as vagas com estagiários sempre que solicitado pelo Órgão.

5.6.4. Recrutar e encaminhar candidatos para as vagas.

5.6.5. Recrutar e encaminhar estudantes da raça negra, obedecendo a proporção de 30% das vagas a essas reservadas pelo artigo 7º inciso II da Instrução Normativa nº 213/19.

5.6.6. Recrutar e encaminhar estudantes portadores de deficiência, obedecendo a proporção de 10% das vagas a esses reservados pelo artigo 17, § 5º da Lei nº 11788/08 e art. 7º inciso I da Instrução Normativa nº 213/19.

5.6.7. No caso de a empresa não conseguir efetivar as proporções legalmente determinadas e contidas nos itens 5.6.5 e 5.6.6, deverá informar, de forma justificada e por escrito, a impossibilidade de encaminhamento desses candidatos, no prazo de 10 dias úteis contados da solicitação, ao MEC.

5.6.8. Selecionar candidatos de acordo com o perfil esperado.

5.6.9. Encaminhar os candidatos para entrevista com supervisor com finalidade de validação do perfil.

5.6.10. Executar todos os procedimentos relativos à pactuação dos TCE.

5.6.11. Verificar a regularidade de matrícula de todos os estagiários.

5.6.12. Orientar os estagiários quanto à apresentação pessoal e postura profissional no ambiente de trabalho.

5.6.13. Disponibilizar ações de desenvolvimento (palestras, cursos ou outros eventos educacionais) para o grupo de estagiários do MEC, por meio de cronograma de ações aprovado pelo MEC.

5.7. Na ocorrência de eventual prorrogação contratual, os custos fixos ou variáveis, não renováveis, que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados.

5.8. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato e se dará na forma que se segue:

5.8.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, bem como o estágio, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 11.788/2008, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.8.2. Preparar novo Termo de Compromisso de Estágio para cada estagiário nos termos deste Termo de Referência.

5.8.3. Iniciar os trabalhos de recrutamento para as vagas que não forem preenchidas, em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência.

5.9. As atividades de estágio serão executadas nos seguintes endereços:

- Esplanada dos Ministérios - Bloco “L” – Edifício Sede e Anexos I e II – Brasília/DF - CEP: 70.047-900; e
- Conselho Nacional de Educação - SGAS 607, Lote 50, Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70.200-670.

5.10. A carga horária a ser cumprida pelo estagiário será de 6 (seis) horas diárias / 30 (trinta) horas semanais, ser compatível com o horário escolar e observando o horário de funcionamento do órgão (dias úteis, das 7:00 às 20:00).

5.11. Conforme previsto na Instrução Normativa nº 213 de 17 de dezembro de 2019, o valor da bolsa de estágio vigente para vagas de nível superior é de R\$ 1.125,69 (um mil cento e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos).

5.12. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Agente de Integração de Estágio.

5.12.1. A Empresa contratada deverá prestar os serviços de acordo com as necessidades estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

5.12.2. Os serviços deverão ser realizados de acordo com o cronograma definido pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento/CEFAP e posteriormente à assinatura do contrato.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Para a correta execução dos serviços contratados a Administração designará por um ou mais servidor para atuar como fiscal do contato, sendo ele ou eles responsável(is) pela comunicação entre o MEC e a Contratada, emitindo solicitações de estagiários.

6.2. O serviço compreende a operacionalização de até 75 (setenta e cinco) contratações de estágio de estudantes dos níveis de Educação Superior.

6.2.1. O MEC não se obriga a contratar todos os postos acima quantificados e o fornecimento deles ocorrerá mediante solicitações parciais, na medida das necessidades do serviço.

6.2.2. Entende-se por operacionalização do estágio, entre outros, os serviços de: recrutamento, seleção, contratação, renovação, controle, acompanhamento e desligamento do estagiário, além da produção de relatórios sobre as atividades realizadas.

6.3. Do Estágio

6.3.1. Observado o interesse da Administração, a duração do estágio obedecerá ao período mínimo de 6 (seis) meses e o máximo de 24 (vinte e quatro) meses, ressalvada a exceção estabelecida no artigo 21 da Lei nº 213/19. A definição do período de estágio leva em conta o currículo do curso, o calendário escolar e a programação da unidade organizacional que recebe o estagiário.

6.4. Da Descrição do Estágio:

6.4.1. O estágio deve ter caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional e será planejado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas, calendários e horários escolares. Constitui um instrumento da integração escola-empresa, capaz de proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos, o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, não acarretando qualquer vínculo de caráter empregatício com o MEC, conforme estabelece o art. 3º da Lei nº 11.788/2008.

6.4.2. Os estágios serão realizados por estudantes, sob supervisão, cuja área de formação esteja relacionada diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo MEC, em conformidade com as condições definidas pelas instituições de ensino, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando a compatibilidade com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere.

6.4.3. Para as vagas de estágio de nível superior, o estudante será admitido desde que tenha concluído o segundo semestre ou primeiro ano do curso, quando regularmente matriculado.

6.4.4. Serão admitidos os estudantes de cursos ofertados por instituições de ensino superior de educação profissional, com duração de até dois anos, desde que tenham concluído o primeiro semestre do curso.

6.4.5. Para formação da relação de estágio, devem ser observados os seguintes requisitos (Incisos I, II, III do art. 3º da Lei nº 11.788/2008):

- a) Matrícula e frequência regular do estudante, atestados pela instituição de ensino;
- b) Celebração de Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e
- c) Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

6.4.6. **DOS Documentos necessários à comprovação da regularidade do estágio:**

- a) Termo de Compromisso de Estágio - TCE devidamente assinado;
- b) Certificado individual de seguro de acidentes pessoais;
- c) Comprovação da regularidade da situação escolar do estudante;
- d) Comprovante de pagamento da bolsa ou equivalente e do auxílio-transporte;
- e) Relatório - verificação da compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

6.5. **Do Público Alvo:**

- 6.5.1. O Agente de Integração a ser contratado deverá gerenciar um total de 75 vagas de estágio para estudantes de nível superior.

6.6. **Da Jornada Diária de Atividades do Estagiário:**

- 6.6.1. A jornada da atividade de estágio no Ministério da Educação deverá constar do termo de compromisso de estágio e ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

6.6.1.1. 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

- 6.6.2. A carga horária do estágio deverá observar o horário de funcionamento do Ministério da Educação, devendo ser cumprida na unidade indicada pelo Programa de Estágio Supervisionado.

- 6.6.3. Deverá o agente de integração promover a adequação entre a carga horária diária do estágio, o expediente do MEC e o da instituição de ensino.

- 6.6.4. Nos termos do art. 15 da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019 do Ministério da Economia na vigência dos contratos de estágio não obrigatório é assegurado ao estagiário período de recesso proporcional ao semestre efetivamente estagiado, a ser usufruído preferencialmente nas férias escolares, e poderão ser parcelados em até três etapas, a critério do supervisor do estágio.

- 6.6.5. Fica assegurado ao estagiário, mediante comprovação, nos períodos de avaliação de aprendizagem pelas instituições de ensino, jornada de estágio reduzida pelo menos à metade, conforme previsto no § 2º do inciso II do art. 10 da Lei nº 11.788/2008.

6.7. **Do Valor da Bolsa de Estágio e do Auxílio Transporte**

- 6.7.1. O estagiário perceberá, por intermédio do CONTRATANTE, bolsa de estágio na forma estabelecida no anexo I da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019 do Ministério da Economia, correspondendo aos valores aos valores: de R\$ 1.125,69 (mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos), para jornada de 30 (trinta) horas semanais.

6.7.1.1. Será considerada para o cálculo do pagamento da bolsa de estágio a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de faltas não justificadas, salvo na hipótese de compensação de horário.

- 6.7.2. O estudante em estágio não obrigatório receberá auxílio-transporte em pecúnia, por dia efetivamente estagiado, na forma estabelecida no Anexo II da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, correspondente ao valor de R\$10,00 (dez reais) e a ser pago no mês anterior ao de sua utilização.

6.7.2.1. Não será concedido auxílio-transporte ao estagiário nas ocorrências de faltas, mesmo naquelas justificadas.

- 6.7.3. O estagiário não fará jus ao recebimento do auxílio transporte durante os dias em que estiver em atividade de estágio de forma remota.

6.7.4. O desligamento do estudante do estágio dar-se-á nas hipóteses previstas no art. 16 da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019 do Ministério da Economia.

6.8. As atividades de estágio serão realizadas no Esplanada dos Ministérios - Bloco "L" – Edifício Sede e Anexos I e II e no Conselho Nacional de Educação - SGAS 607, Lote 50, Asa Sul.

6.9. O Agente de Integração de Estágio a ser contratado deverá apresentar o menor valor para custeio das despesas necessárias à realização do objeto. Ademais, a necessidade a ser atendida com a presente solicitação de procedimento licitatório é que a Contratada, em sua atuação, atue além da procura do candidato e sua inserção nas vagas disponibilizadas. A contratação de agente integrador busca o aperfeiçoamento do instituto do estágio e o atendimento ao disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 11.788/2008:

6.9.1. Identificar oportunidades de estágio.

6.9.2. Ajustar suas condições de realização.

6.9.3. Fazer o acompanhamento administrativo.

6.9.4. Encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais.

6.9.5. Cadastrar os estudantes.

6.10. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato e se dará na forma que se segue:

6.10.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, bem como o estágio, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 11.788/2008, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.10.2. Preparar novo Termo de Compromisso de Estágio para cada estagiário conforme previsto neste Termo de Referência.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização das atividades da empresa contratada ficarão a cargo do Centro de Formação e Aperfeiçoamento – CEFAP, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP.

7.2. A comunicação entre o MEC e a empresa contratada dar-se-á por meio do endereço eletrônico capacitacaoestagio@mec.gov.br, dos telefones (61) 2022-7364 ou 2022-7350 e, ainda, de forma presencial, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento, Anexo II, Térreo, do Ministério da Educação.

7.3. A qualidade dos serviços prestados será objetivamente mensurada com base no Encarte B – Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

7.4. Será exercido, pela Contratante, o acompanhamento dos aspectos técnicos e administrativos da execução do serviço contratado com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo a qualidade do serviço e a conformidade com os prazos estipulados no contrato por meio de registros formais e da emissão de relatórios semestrais.

7.5. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja, além do redimensionamento dos pagamentos, sua rescisão pela Contratante, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, que será formalmente motivada nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas na cláusula de Sanções.

7.6. A rescisão contratual poderá ser:

7.6.1. Determinada por ato unilateral e por escrito da Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, em conformidade com o § 1º do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

7.6.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da Contratante; ou

7.6.3. Judicial, nos termos da legislação.

- 7.7. Constituem motivos para a rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- 7.8. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido, devolvido os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, se for o caso, quando devidamente comprovados.
- 7.9. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.10. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93; e
- 7.11. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará, para ressarcimento da Contratante, a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante, além das sanções previstas neste instrumento.
- 7.12. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.
- 7.13. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 7.13.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
 - 7.13.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
 - 7.13.3. De indenizações e multas.
- 7.14. O preenchimento das vagas de bolsa de estágio no MEC ocorrerá de acordo com as necessidades do Órgão e unidades, devendo este repassar ao agente de integração contratado, mensalmente, a quantia referente à taxa de administração per capita, na qual estarão inclusos todos os custos relativos à prestação dos serviços.
- 7.15. Os serviços serão aferidos mediante dados cadastrados no SIAPE, bem como pelo cumprimento das demandas e dos prazos estabelecidos em contrato.
- 7.16. A taxa de administração corresponde ao custeio das despesas necessárias à realização do objeto, incluindo as despesas administrativas/operacionais (energia elétrica, pessoal, condomínio, telefone, internet, despesas bancárias, sistema eletrônico, etc), despesas com pagamento do seguro de acidentes pessoais dos estagiários, as despesas com o recrutamento, seleção e acompanhamento de estagiários, os fretes, os tributos, as tarifas e todas e quaisquer despesas da execução do objeto.
- 7.17. O valor mensal a ser pago à Contratada corresponderá ao número efetivo de estagiários com termos de compromisso vigentes, multiplicado pelo valor da taxa de administração oferecida no processo licitatório.
- 7.18. A gestão do contrato, bem como a fiscalização das atividades da empresa a ser contratada ficarão a cargo do gestor do contrato e dos fiscais técnico e administrativo, e respectivos substitutos, a serem designados por portaria interna publicada em boletim de serviço, após a assinatura do contrato.
- 7.19. A Contratada deve designar agente(s) responsável(is) pela gestão do contrato, na figura de preposto(s), possibilitando à Contratante acesso ao profissional capacitado, conhecedor do contrato firmado e responsável por esclarecer dúvidas e receber demandas quanto à execução e fiscalização do contrato.
- 7.20. A equipe de fiscais deverá encaminhar relatório de execução contratual para o gestor do contrato, contendo registro, análise e conclusão das ocorrências na execução do contrato.
- 7.21. O gestor do contrato deverá analisar o relatório de execução contratual e, se aprovado, emitir o termo circunstanciado, o qual será instrumento de aceite definitivo dos serviços prestados, atestando o cumprimento das obrigações da Contratada.
- 7.22. A avaliação da conformidade dos serviços prestados será atestada, para fins de recebimento provisório, com:
- 7.22.1. Batimento do quantitativo de bolsas de estágio ativas no mês entre o relatório enviado pela Contratada e os dados cadastrados no SIAPE.
 - 7.22.2. Recebimento de declaração de regularidade das matrículas dos estudantes em suas respectivas instituições de ensino.

7.22.3. Recebimento de relatório com comprovação das ações de desenvolvimento ofertadas aos estagiários, contendo instrumento de avaliação dos estagiários referentes a cada ação.

7.22.4. Encaminhamento do relatório de execução contratual ao gestor do contrato.

7.23. A avaliação da conformidade dos serviços prestados será atestada, para fins de recebimento definitivo, com a análise do relatório de execução contratual e emissão do termo circunstanciado pelo gestor do contrato.

7.24. Poderão ser feitas glosas nos pagamentos mensais, além das sanções previstas neste Termo de Referência, quando houver registro de ocorrências indesejadas.

7.25. Sempre que houver ocorrência considerada indesejável, a Contratante procederá ao registro desta, notificando a Contratada.

7.26. Cada ocorrência registrada e notificada, resultante de entrega parcial dos serviços contratados, resultará em glosas, conforme disposto no Encarte "B" - Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

7.27. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá possuir sistema informatizado, disponível via web, facilitando os trâmites administrativos, incluindo a assinatura dos TCEs de forma digital. Ultrapassando o prazo limite estipulado para as ocorrências, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo, respeitando o direito ao contraditório e ampla defesa.

8. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. O sistema deve permitir a execução e acompanhamento das rotinas estabelecidas neste Termo de Referência.

9. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. O serviço de Agente de Integração a ser contratado compreenderá o agenciamento de estudantes para as oportunidades de estágio curricular no MEC, mediante pagamento de Taxa de Administração mensal, por estudante efetivamente contratado, independentemente da data de ingresso ou saída do estagiário no respectivo mês.

9.1.2. O serviço será executado de forma ininterrupta durante a vigência do Contrato, em relação aos procedimentos de manutenção do vínculo estabelecido por Termo de Compromisso de Estágio – TCE, durante o período de validade do referido documento.

9.1.3. O Agente de Integração deverá prestar, na forma de serviços contínuos, o atendimento das demandas de abertura de vagas, de contratação, prorrogação de estágio e desligamento de estudantes, bem como envio de relatórios e dados específicos de cada estagiário.

9.1.4. Para a formação da relação de estágio, devem ser observados os seguintes requisitos (Incisos I, II e III, do art. 4º, da IN nº. 213, de 17 de dezembro de 2019):

9.1.4.1. Matrícula e frequência regular do estudante, público-alvo da referida legislação, atestados pela instituição de ensino;

9.1.4.2. Celebração do Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

9.1.4.3. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TCE.

9.1.5. O estágio deverá ter acompanhamento efetivo da instituição de ensino, por intermédio de professor orientador, bem como da parte concedente, por supervisor.

9.1.6. Os estágios realizados por estudantes de nível superior, na modalidade graduação, serão com supervisão de servidores efetivos com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário e cuja área de formação esteja relacionada às atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo MEC.

9.1.7. Os estagiários contratados receberão, por intermédio do CONTRATANTE, bolsa-estágio e auxílio transporte em conformidade com os valores fixados pelos normativos vigentes e cumprirão carga horária semanal de 30 (trinta) horas, de segunda a sexta-feira, respeitado o horário de funcionamento do MEC, de acordo com a conveniência da unidade demandante e sem prejuízo das atividades discentes do estagiário, bem como, da existência de disponibilidade orçamentária.

9.1.8. O recebimento da bolsa-estágio não caracteriza remuneração e não acarreta vínculo empregatício com o MEC, conforme o artigo 3º, da Lei nº.11.788/2008.

9.1.9. O Agente de Integração deverá gerenciar os estagiários que, no dia da vigência do contrato, estejam estagiando no MEC, adotando todas as providências, inclusive no que tange à contratação de seguro contra acidentes pessoais, até o término do Termo de Estágio vigente ou dispensa pelo supervisor do respectivo estudante.

10. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa nº 5/2017, da SEGES/MP.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ele indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

10.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, §5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, na qualidade mínima especificada neste Termo de Referência e em sua proposta.

- 11.2. Instalar e manter estrutura física de atendimento situada na cidade de Brasília/DF.
- 11.3. Operacionalizar o programa de estágio em obediência às determinações contidas na legislação vigente e observando alterações referentes aos estagiários na Administração Pública Federal.
- 11.4. Articular-se com instituições de ensino, indicando-lhes as possibilidades de estágio (áreas e número de vagas), adotando com presteza os procedimentos administrativos para a realização de estágio no MEC.
- 11.5. Manter banco de dados atualizado de estudantes de diversas instituições de ensino, em várias áreas de conhecimento, inclusive, de estudantes com deficiência.
- 11.6. Recrutar estudantes candidatos e encaminhá-los para entrevista, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do CONTRATANTE, com o perfil definido pelo CONTRATANTE, conferindo, no ato do recrutamento e da contratação, a regularidade escolar do estudante.
- 11.7. Lavrar Termo de Compromisso de Estágio – TCE a ser firmado entre o CONTRATANTE, a instituição de ensino e o estudante, ou seu representante legal, em conformidade com o modelo do Encarte “H”, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação de contratação emitida pelo CONTRATANTE, observando-se as exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes.
- 11.8. Fornecer, no ato da contratação, manual e/ou guia prático de estágio ao estudante informando-o sobre os aspectos técnicos e legais inerentes ao Termo de Compromisso de Estágio – TCE.
- 11.9. No ato da contratação, orientar o estudante sobre os aspectos legais, técnicos e pedagógicos do estágio e a relação entre o estagiário e o CONTRATANTE.
- 11.10. Prestar orientação atitudinal e comportamental aos estagiários.
- 11.11. Garantir em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, para o caso de morte ou invalidez permanente, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, ficando estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio – TCE o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.
- 11.12. Controlar e informar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15 dias úteis, os vencimentos dos Termos de Compromisso de Estágio – TCE’s, para as providências de substituição ou prorrogação.
- 11.13. A pedido do CONTRATANTE, providenciar, no momento da prorrogação do Termo de Compromisso de Estágio – TCE, Termo Aditivo ao TCE e solicitar a declaração escolar ao estagiário a fim de averiguar se ainda há vínculo entre esse e sua instituição de ensino ou se há alguma irregularidade acadêmica;
- 11.14. Confeccionar Termos Aditivos que se fizerem necessários em virtude de alterações no estágio do estudante, mantendo o controle sobre sua expedição, para encaminhá-los ao CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para as providências cabíveis.
- 11.15. Providenciar o desligamento ou substituição do estagiário, mediante o interesse e a conveniência do CONTRATANTE, manifestados eletronicamente.
- 11.16. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, sempre que informada pela Instituição de Ensino, qualquer irregularidade constatada na situação escolar do estagiário, bem como a conclusão ou interrupção do curso realizado pelo estagiário na Instituição de Ensino, para posterior rescisão do Termo de Compromisso de Estágio - TCE.
- 11.17. Promover eventos semestrais para os estagiários e supervisores, a serem definidos conjuntamente com o CONTRATANTE.
- 11.18. Acompanhar a realização do estágio junto ao **CONTRATANTE**, subsidiando as respectivas instituições de ensino com as informações pertinentes.
- 11.18.1. O estágio como ato educativo supervisionado, deverá ser acompanhado efetivamente pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por um supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios semestrais de atividades e por menção de aprovação final (§ 1º do art. 4º da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia).
- 11.18.2. Juntamente com o relatório de estágio, deverá encaminhar à Instituição de Ensino o certificado de estágio.
- 11.19. Emitir e analisar relatórios de estágio do estudante a cada semestre e encaminhá-los às respectivas instituições de ensino.

- 11.20. Proceder, semestralmente, o acompanhamento “in loco” do estagiário.
- 11.21. Avaliar, junto aos supervisores, gerentes e chefias das unidades, os estágios realizados.
- 11.22. Manter o CONTRATANTE informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal do Contrato.
- 11.23. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 11.24. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 11.25. Observar que a quantidade parcial ou total de estagiários e o valor da bolsa de estágios poderão ser alterados, no interesse do serviço e a critério do CONTRATANTE, nos limites fixados em lei.
- 11.26. Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.
- 11.27. Indicar preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, visando a estabelecer contatos com o gestor do Contrato.
- 11.28. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 11.29. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.
- 11.30. Responsabilizar-se pelos serviços, objeto deste Termo, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades vierem a direta ou indiretamente, causar ou provocar ao CONTRATANTE e a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 11.31. Observar as seguintes vedações:
 - 11.31.1. a contratação de estagiário, sem observância à vedação prevista na Lei do Nepotismo (inciso III do artigo 3º da Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010);
 - 11.31.2. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
 - 11.31.3. a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto deste Termo.
 - 11.31.4. Contratar, prioritariamente, todos os estagiários em atividade no MEC na data de assinatura do contrato, mantendo-os pelo tempo que ainda lhe restar de estágio, à luz da legislação vigente, somente podendo ser rescindido os Termos de Compromisso de Estágio desses na época prevista, ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 16 da Instrução Normativa nº 213/2019.
- 11.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.33. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.34. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 11.35. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 11.36. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.37. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.38. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.39. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.40. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.41. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.42. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.43. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.44. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.45. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.47. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 11.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 11.49. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e das rotinas estabelecidas, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.50. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.50.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.50.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.51. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Encarte B, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

14.7.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

- 14.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100)$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- 18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.12. Será considerada extinta a garantia:
- 18.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 18.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:

- 19.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 19.1.5. Não mantiver a proposta e/ou não assinar o contrato;
- 19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.7. Fizer declaração falsa;
- 19.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 19.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada no artigo 11 da Portaria MEC nº 120/2016.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

- 19.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa;
- 19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa;
- 19.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016, sendo possível a aplicação de:
- 19.5.1. Advertência.
 - 19.5.2. Multa de:
 - a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
 - b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
 - c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
 - d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração; recusa parcial ou total na entrega do material; recusa na conclusão do serviço ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
 - e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
 - 19.5.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 19.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção não superior a dois anos.
 - 19.5.5. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.
- 19.6. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, conforme o art. 7º da Portaria MEC 120/2016, observada a seguinte ordem:
- a) mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
 - b) mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
 - c) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 19.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 19.8. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 19.9. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

19.10. No caso de multa cuja apuração ainda esteja em processamento ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito parcialmente pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

19.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.

19.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

19.16. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e/ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

19.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.18. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.19. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. A licitante deverá apresentar:

20.3.1.1. comprovante de que é possuidora de representação dotada de infraestrutura técnica e operacional adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços a serem contratados;

20.3.1.2. declaração de que possui escritório em Brasília-DF, a ser comprovado a partir da vigência do contrato, conforme Anexo IV;

20.3.1.3. atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando as condições, a qualidade, a presteza e a agilidade dos serviços que prestou ou vem prestando, pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, em características, quantidades e prazos, comprovando, ainda, que o licitante gerencia ou gerenciou serviços compatíveis com o objeto licitado, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. Este documento deverá assegurar a capacidade de gerenciamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) das vagas de estágio oferecidas pelo MEC (§ 3º do art. 30 da Lei nº. 8.666/93);

20.3.1.4. comprovante de registro de cooperação técnica ou de parceria com as mais renomadas instituições de ensino públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para localização de estudantes que se adequem ao perfil solicitado pelo MEC.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. O valor global da contratação, incluindo a taxa de administração cobrada pelo agente de integração empresa escola, acrescido do valor da bolsa auxílio a ser repassado pela contratante e o valor do auxílio transporte, totalizando, assim, o valor Global de: **R\$ 27.450,00** (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme detalhamento na planilha abaixo.

Despesa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Taxa de Administração (*)	75	30,50	2.287,50	27.450,00
Valor Total da Contratação				27.450,00

Fontes:

(*) Pesquisa de mercado, conforme Mapa de Preços constante do Processo nº 23000.020536/2020-07

20.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas em edital.

21. **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

21.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 27.450,00** (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2021, a cargo do Ministério da Educação, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicas serão contemplados no exercício orçamentário de 2021.

23. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

23.2. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: cgga@mec.gov.br, subsidiado pela área demandante.

23.3. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link “Acesso à informação/Licitações e Contratos”, bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

23.4. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

23.5. O foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

23.6. Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Termo de Referência, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto nº 3.555/2000.

CRISTIANA ALVES DO AMARAL - SIAPE 1553856

Integrante Requisitante

ÉRIKA BITTENCOURT DE SOUSA VÉRAS - SIAPE 1570184

Integrante Requisitante

HÉLIO BARBOSA DA SILVA - SIAPE 0040460

Integrante Administrativo

JAIME BATISTA BELÉM, MATRÍCULA - SIAPE 50407

Integrante Técnico

23.7. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019 e na Portaria nº 350, de 5 de outubro de 2017, aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

LUIZ MARQUES DE LIMA

Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Alves do Amaral, Servidor(a)**, em 24/03/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Erika Bittencourt de Sousa Veras, Coordenador(a)**, em 24/03/2021, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Barbosa da Silva, Chefe de Serviço**, em 24/03/2021, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Batista Belem, Chefe de Serviço**, em 24/03/2021, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2564568** e o código CRC **8AEDB721**.



Referência: Processo nº 23000.020536/2020-07

SEI nº 2564568